
Contribuições dos estudos críticos do discurso para o campo da comunicação

Mohammed ElHajji¹

Danubia Andrade²

Larissa Rangel³

Resumo: Este artigo apresenta as principais contribuições dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) para a análise específica dos textos de mídia. Idealizados pelo linguista holandês Teun A. van Dijk, os ECD oferecem instrumentos aos estudiosos de Comunicação para análises que correlacionem os discursos midiáticos com disputas de poder e controle social. Buscamos expor os pressupostos que distinguem esta corrente de análise de outras e indicar seus antecedentes teóricos. O artigo também apresenta os mais importantes pontos da Teoria dos Contextos e oferece um panorama sucinto e comparativo das discussões sobre o racismo na mídia no Brasil e na Espanha.

Palavras-chave: discurso; mídia; racismo

Abstract: The aim of this article is show the principals contributions of Critical Discursive Studies (CDS) for the specific analysis of media texts. The CDS were devised by the Dutch linguist Teun A. van Dijk, they offer the instruments for communication researches that relate media discourse with disputes of power and social control. We present the assumptions that distinguish this form of analysis from others and we indicate its theoretical background. The article also presents the most important points of Contexts Theory and exposes a brief and comparative overview of the discussions on racism in the Brazilian and Spanish media.

Keywords: discourse; media; racism

¹ Professor e Doutor em Comunicação e Cultura (PPGCOM/Eco/UFRJ). Coordenador do Laboratório de Comunicação Social Aplicada (Lacosa). mohahajji@gmail.com
CV: <http://lattes.cnpq.br/1461763145344845>

² Bolsista CNPq (PPGCOM/Eco/UFRJ) e membro do Lacosa. danubiajfm@gmail.com
CV: <http://lattes.cnpq.br/1435301695471984>

³ Graduanda (Eco/ UFRJ) e membro do Lacosa. larissagrangel@gmail.com
CV: <http://lattes.cnpq.br/9006069501249100>

O professor holandês Teun van Dijk começa sua palestra sobre racismo na Casa de América⁴, no ano de 2009, asseverando a importância dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) não apenas como uma metodologia multidisciplinar de análise discursiva, mas também como um instrumento de descortinamento de práticas danosas de sujeição, humilhação e dominação do Outro. Para este autor, em que pesem as diferenças entre as realidades na Europa, ou as que encontramos na América Latina, o que há de comum em todos estes países é a negação do racismo a partir de estratégias discursivas que naturalizam relações de abuso de poder.

Em seguida, van Dijk afirma que os discursos explicitamente racistas não interessam aos ECD. O que se almeja é analisar o racismo esconstrado nas práticas do cotidiano, seja nos discursos de um partido de esquerda, seja nos textos de livros didáticos escolares e, sobretudo, nas mídias. A proposta dos ECD oferece aos estudiosos da Comunicação instrumentos para a análise do racismo e de outras formas de dominação. E ainda que sua contribuição metodológica seja mais conhecida nos campos da Educação e da Linguística, acreditamos no potencial dos ECD para fomentar análises críticas, criativas e necessárias dos discursos de mídia no Brasil.

Pressupostos dos estudos críticos do discurso:

“O discurso controla as mentes e quem controla as mentes, controla indiretamente a ação” (van Dijk, 2010: 18). Esta é uma das mais célebres frases de Teun van Dijk, que por sua força e síntese tem servido de inspiração para pesquisadores e estudantes que pretendem adentrar nos discursos sociais a fim de compreendê-los como ferramentas que podem controlar a realidade social. Mas antes de tratar da perspectiva crítica que está atrelada a esta proposta teórico-metodológica, nós nos debruçaremos sob suas matrizes.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem interdisciplinar que reflete o lugar da linguagem nas relações sociais e a sua influência nos

⁴ Casa de América é uma instituição pública que visa promover integração e a cooperação entre países iberoamericanos, sediada em Madri, Espanha.

processos de mudança social. Este movimento crítico desenvolveu-se em um cenário de reação contra os paradigmas formais dominantes nas décadas de 1960 e 1970. Para além das questões específicas da Linguística Crítica, cabe destacar as influências advindas da teoria social, especialmente aquelas do marxismo ocidental, por seu entendimento das relações de dominação e exploração sustentadas ideologicamente na cultura; a perspectiva de Michel Foucault de “discurso” como um sistema de conhecimento que objetiva controlar a sociedade através da regulação do saber e do exercício de poder; e a influência de Mikhail Bakhtin, para quem a linguagem é sempre utilizada de forma ideológica. De cunho internacional, a ACD tem como principais nomes, a nosso ver, Norman Fairclough, Ruth Wodak e Teun van Dijk.

Os Estudos Críticos do Discurso (ECD) distinguem-se da ACD a partir de uma diferenciação terminológica proposta por seu idealizador, Teun van Dijk. Para ele, embora o termo ACD fosse amplamente adotado, era necessário alterá-lo, uma vez que a ACD não constitui um método específico de análise do discurso, ainda que assim sua nomenclatura deixe antever. O termo “estudos”, ressaltando aqui a sua forma plural, ao contrário, esclarece que se emprega uma série de métodos para refletir a reprodução discursiva do poder em várias instâncias e entre elas a midiática. Trata-se, enfim, de um domínio de práticas acadêmicas das ciências humanas e sociais de cunho essencialmente multidisciplinar.

Os ECD seriam, então, um movimento científico especificamente interessado na formação de teoria e na análise crítica da reprodução discursiva do poder. A questão central seria como o poder relaciona-se com o discurso e se utiliza de suas estruturas para práticas de legitimação de formas de abuso de poder e, assim, controle e subordinação. Em outros termos, como as “elites simbólicas” (a partir de Bourdieu) fazem uso do “capital simbólico” para legitimar e até mesmo naturalizar relações de dominação.

Uma vez que sua abordagem é inteiramente centralizada na reprodução discursiva do poder, torna-se indispensável apresentar as características *do poder* que são relevantes para a discussão dos ECD (van Dijk, 2010:41).

Primeiramente, um entendimento do poder social como uma característica da relação entre grupos, seja entre classes ou outras formações sociais ou entre pessoas enquanto membros sociais. Em segunda instância, interessa para os ECD as relações do poder social que se dão na interação, a partir de ações reais ou potenciais de um grupo social em relação a outro. Mesmo que haja situações em que o poder se exerça a partir de uma força física, conforme van Dijk, geralmente ele é indireto e age por meio das mentes das pessoas. Este “controle mental” se faz por táticas de persuasão, por outras formas de comunicação discursiva ou mesmo por sanções impostas. Desse modo, podemos dizer que o poder se exerce não só pela comunicação direta através de atos de fala que incluem comandos, pedidos ou ameaças, como também atua por um sistema de crenças, normas e valores culturais que são compartilhados entre aqueles que detém o poder e aqueles que são subjulgados pelo poder. Trata-se de um consenso construído dentro de uma estrutura ideológica que é adquirida, alterada ou confirmada principalmente por meio da comunicação e do discurso. Por fim, van Dijk alerta que o poder social deve ser analisado em relação às várias formas de contrapoder ou oposição vindas dos grupos dominados, uma vez que este controle de mentes passa por mediações nas quais se dão diferentes graus de resistência.

Cabe ressaltar que os ECD não se interessam por todas as análises das relações de poder impressas no discurso e sim por aquelas formas específicas que resultam em abuso de poder, ou seja, aquelas que geram injustiças sociais e desigualdades. Para van Dijk, a produção de discursos sobre o Outro implica uma relação de poder social da ordem do controle. Se esse controle dá-se contra os interesses daqueles que estão sendo controlados, para este autor, podemos falar em *abuso* de poder, em dominação.

Além de se definirem como estudos que investigam o abuso de poder social por um grupo social a partir de uma perspectiva política clara, os ECD distinguem-se de outras abordagens teóricas por sua natureza crítica. Em outras palavras, o pesquisador que opta por este caminho analítico deve ter consciência de seu papel na sociedade. Mas para que seja considerado, de fato, um estudo crítico, este deve satisfazer um ou mais destes critérios:

- . Relações de dominação são estudadas principalmente da perspectiva do grupo dominado e do seu interesse;
- . As experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante;
- . Pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominantes são ilegítimas;
- . Podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis como os interesses dos grupos dominados. (van Dijk, 2010:15)

Van Dijk não pretende construir uma formulação teórica neutra. Ao contrário, os ECD assumem uma posição explicitamente em favor dos grupos dominados. O que se objetiva é uma mudança social a partir da análise da reprodução discursiva do poder. E este exercício do poder no e pelo discurso pode se dar de maneiras distintas. Seja em um nível pragmático, no acesso limitado aos atos de discurso ou o controle destes atos, tais como em comandos, acusações formais, indiciamentos ou outros atos institucionais de fala. Em segundo lugar, na interação conversacional. Na conversação, um dos falantes controla a troca de turnos, as estratégias de autoapresentação e o controle sobre todos os outros níveis de fala espontânea ou diálogo formal. Em terceiro, os falantes mais poderosos controlam a seleção do tipo ou gênero do discurso, seja o discurso da sala de aula, do tribunal ou dentro de ambientes empresariais. Em quarto lugar, a iniciação, a variação e a mudança dos temas são controladas ou avaliadas na maior parte do tempo pelos falantes mais poderosos.

Neste sentido, o controle social que se faz por meio do discurso é o controle do discurso em si mesmo e de sua própria produção. Em outros termos, se as práticas sociais são influenciadas e organizadas pelos discursos, para compreender como esta dominação constrói-se em seus limites e em sua abrangência é preciso entender os contextos que dão origem ao discurso e os modos de sua reprodução discursiva. Neste cenário de questionamentos, as perguntas centrais são: quem fala? Quem escreve? Para quem? Em quais situações? Quem tem acesso ao discurso? Quem tem acesso à produção do discurso? E ainda, quem tem acesso aos meios de sua reprodução? Quem contribui ativamente para a construção do discurso público? Quem tem acesso à

produção do discurso público? Assim, podemos entender que o controle do discurso é o controle dos contextos.

Estas questões colocam em pauta não apenas os produtores dos discursos, bem como refletem o papel preponderante das “elites simbólicas” na constituição do poder simbólico. As elites simbólicas determinam a agenda das discussões públicas, influenciam na relevância dos tópicos a serem debatidos, controlam a quantidade e o tipo da informação, além de determinarem o quê e quem merece destaque e de que forma este destaque será feito. Os membros das elites simbólicas não simplesmente produzem conhecimento: eles fabricam padrões morais, crenças, normas e ideologias. Para van Dijk, ao lado das elites política, militar e econômica, as elites simbólicas têm papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que fomenta o exercício do poder (e suas formas de abuso) em nossas modernas sociedades de informação e comunicação.

A partir de uma concepção marxista de ideologia, van Dijk atribui ao controle dos meios de reprodução ideológica a capacidade de fomentar uma ideologia dominante e, sobretudo, naturalizá-la como um sistema de valores, normas e objetivos gerais. Outra influência no entendimento do conceito de ideologia passa por uma compreensão sociocognitiva. Nos termos de van Dijk,

(...) a ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social (...). Esta estrutura ideológica em si consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo. (van Dijk, 2010: 48)

Esta perspectiva nos obriga a pensar como as cognições grupais influenciam a construção social da realidade, como interferem nas práticas sociais e, sobretudo, como atuam na transformação das estruturas societais. Os ECD incentivam análises que investigam as estruturas, as estratégias e os processos do discurso e seu papel específico na reprodução das ideologias.

Discurso e contexto:

Os contextos cercam o discurso como círculos concêntricos de diferentes tamanhos e escopos que, em maior ou menor medida, influenciam e auxiliam a sua compreensão. O interesse de van Dijk em formular uma Teoria dos Contextos preenche uma lacuna da ACD, pois apesar desta linha de análise discursiva promover estudos acerca das dimensões sociais e políticas do discurso, as relações entre discurso e contexto não são examinadas com profundidade. Van Dijk (2012) acrescenta aos ECD uma perspectiva teórica multidisciplinar acerca dos contextos, já que acredita que os discursos (dominantes ou não) somente exercem influência se compreendidos dentro de seus contextos. Para este autor, os discursos devem ser concebidos como eventos comunicativos que são influenciados pelas propriedades da situação social no qual estão inseridos. Em outras palavras:

Ao definirmos discurso como eventos comunicativos, também precisamos considerar, por exemplo, os domínios gerais em que são usados (político, jornalístico, educacional); as ações sociais globais por eles realizadas (legislação, educação); as ações legais que produzem; o cenário atual de tempo, lugar e circunstâncias; os participantes envolvidos, assim como seus muitos papéis sociais e comunicativos e o pertencimento a grupos (étnicos, por exemplo); e não menos importante, as crenças e os objetivos desses participantes. (van Dijk, 2010: 140)

A proposição de análise dos ECD ultrapassa a noção de “contexto verbal” que cuida das palavras, sentenças, proposições, enunciados ou turnos conversacionais que precedem ou seguem o discurso. Apresentamos, de forma resumida, os principais pressupostos da Teoria do Contexto formulada por van Dijk:

1º) Contrariamente a maioria das abordagens que entendem o contexto como uma propriedade objetiva das situações, van Dijk vai defini-lo como um construto subjetivo dos participantes. Os contextos seriam, desta forma, definições construídas subjetivamente pelos participantes daquele processo específico de interação ou comunicação.

2º) Os contextos são entendidos como experiências únicas e geram, assim, discursos únicos.

3º) Teoricamente, um tipo especial de modelo mental, o modelo de contexto, será utilizado para explicar os construtos subjetivos dos participante. Ou seja, os contextos são modelos mentais que representam situações de comunicação. “Esses modelos representam as propriedades relevantes do entorno comunicativo na memória episódica (autobiográfica) e vão controlando passo a passo os processos da produção e compreensão do discurso” (van Dijk, 2012: 35).

4º) Os contextos, como modelos mentais, controlam a produção e a compreensão do discurso. É este processo que garante que o discurso esteja apropriado à situação comunicativa tal como a entende o participante.

5º) Os contextos podem ser planejados antes do evento comunicativo. Ainda que sejam únicos, não se pode considerar que sejam construídos apenas no momento em que se inicia a interação.

6º) Os modelos de contexto consistem em esquemas de categorias compartilhadas, convencionadas e dotadas de uma base cultural para permitirem uma rápida interpretação dos eventos comunicativos.

7º) Os contextos têm base social, isto é, ainda que estejamos tratando de definições únicas e subjetivas das situações comunicativas, sua estrutura e sua construção estão atreladas às regras de uma comunidade discursiva. van Dijk destaca, enfim, uma dimensão intersubjetiva dos contextos como condição primordial para a comunicação e a interação.

8º) Os contextos são dinâmicos. Eles são produzidos, atualizados e adaptados no curso de cada situação comunicativa.

9º) Os contextos são culturalmente variáveis. Isto quer dizer que eles definem distintas condições de adequação para o discurso em relação às distintas sociedades nas quais se dá a interação.

10º) Por fim, um último pressuposto que nos ocorre como de importante destaque refere-se aos diversos níveis de generalidade e granularidade dos contextos que podem representar tanto interações situadas, num nível micro (microcontexto), quanto podem representar situações históricas ou sociais

totalizadoras, isto é, a estrutura social em dimensão macro (macrocontexto). Cabe reassaltar que estes níveis são variáveis no mesmo ato comunicativo.

Discurso e mídia

A aquisição de conhecimentos e a formação de opiniões sobre os mais diversos temas e sobre fatos que se desenrolam significativamente distantes da experiência concreta dos sujeitos é largamente influenciada pelos discursos da mídia veiculados na imprensa e na televisão. Ao serem compartilhados diariamente por milhões de pessoas, os discursos midiáticos merecem ser analisados sob enfoques metodológicos precisos, capazes de verificar a relação que se estabelece entre discurso, poder e controle social.

Para Teun van Dijk, o poder da mídia deve-se não apenas ao número de receptores que ela alcança simultaneamente, mas também por seu caráter de “porta-voz” da população capaz de transmitir informações com mais verossimilhança que as fontes públicas em geral. Porém, a organização desses veículos em grupos de comunicação compromete a pluralidade de pontos de vista. O processo de produção jornalística evidencia tais tendências dominadoras. A escolha da pauta, do tipo de mensagem a ser difundida e a construção do texto visam garantir a imagem de certos grupos ou instituições da sociedade.

O controle do acesso ao discurso também é um fator relevante para a restrição dos conteúdos a serem veiculados nos meios de comunicação. As redações são formadas em sua maior parte por jornalistas brancos de classe média, uma vez que contingências econômicas e sociais limitam o seu acesso aos negros, migrantes e indivíduos de classes populares. No entanto, mais que meditar sobre as dificuldades de acesso dos grupos minoritários à carreira de jornalista, há que se pensar também na falta de interesse em dar voz às minorias, num espaço que é organizado por representantes das elites simbólicas.

Segundo van Dijk (2006: 60), a lógica atual dominadora da mídia existe, sobretudo, graças à hegemonia da mídia europeia. Ao analisar a cobertura do

assassinato do presidente eleito do Líbano Bechir Gemayel, o pesquisador observou que apesar de diferenças sutis nos editoriais e comentários, a forma como a notícia – e seu conteúdo – era apresentada era semelhante em diversos países do primeiro e terceiro mundo. Historicamente, limitações financeiras, socialização do jornalista e até mesmo dependências político-econômicas são alguns dos fatores que podem explicar tal repetição de discurso. Os veículos dos países de terceiro mundo tendem a buscar suas pautas nas agências de notícias internacionais, sediadas nos Estados Unidos e na Europa, tais como Reuters, AF, Efe, Bloomberg, BBC, CNN entre outras.

Neste contexto de homogeneização dos discursos jornalísticos, van Dijk (2010: 75) demonstra que as minorias, os refugiados, os sem-teto e os provenientes do terceiro mundo frequentemente são representados de maneira semelhante e em contraste com a representação dos grupos poderosos. Segundo este critério, a representação das minorias segue a lógica da representação negativa do *Outro* versus a autorrepresentação positiva de *nós*. A desqualificação desses grupos minoritários na mídia, em geral, se faz da seguinte forma:

a) Menos acesso aos meios de comunicação e, conseqüentemente, menos (ou nenhuma) voz para expor o seu discurso.

b) Quase não são fontes usuais e confiáveis. Quando retratados por matérias jornalísticas, esses indivíduos são frequentemente representados como personagens caricatos que terminam por reforçar os preconceitos vigentes. Raramente são fontes de autoridade sobre determinado assunto, ainda que diretamente ligado a eles, como os casos de crimes cometidos por imigrantes.

c) Descrição estereotipada que tende a defini-los como “problema social”, como sujeitos que sugam os recursos do país onde estão (espaço, habitação, trabalho, educação) ou que estão verdadeiramente em posição marginal, como criminosos ou trapaceadores dos sistemas de assistência social. Neste cenário, praticamente toda referência feita a eles será negativa, para confirmar esta avaliação.

d) Hierarquizados como “deficientes” ou “atrasados”. A cultura do *Outro* é menosprezada e sua capacidade invalidada, para que não tenham condições de expor qualquer discurso na mídia.

e) São incapazes por si mesmos, ignorantes, precisam de ajuda. A auto-representação positiva é ainda mais rara e a depreciação do *Outro*, justificada.

As notícias tendem a retratar os aspectos negativos dos grupos minoritários, assim, as diferenças culturais são enfatizadas e antigos problemas sociais são lembrados. No entanto, como o ataque racista explícito é cada vez mais raro em todas as vertentes da mídia, é preciso observar os diversos níveis da organização textual, incluindo as manchetes, a hierarquia de relevância das notícias, o estilo e a retórica. A voz ativa, por exemplo, é utilizada para caracterizar os indivíduos dos grupos minoritários como agentes de situações problemáticas, porém quando são as autoridades os agentes da ação (políticos, policiais, empresários) utiliza-se, por seu turno, a voz passiva, deixando implícitas a agência e a responsabilidade. Fontes, entrevistas, apresentação dos personagens da notícia, transcrição de fala, assuntos predominantes, associações e estilo podem ser indícios das posições ideológicas e sociais dos meios de comunicação e, por isso, devem ser parte da observação do discurso.

O pesquisador deve se propor questões como estas: o local barulhento e sujo em que os empregados são convidados a falar para tal noticiário televisivo não está muito distante dos escritórios com ar condicionado de onde falam os patrões? Por que quando determinadas autoridades são noticiadas em atos negativos a sintaxe das frases os coloca em posição passiva e quando são infrações cometidas por negros ou imigrantes a voz ativa é utilizada? Por que a origem étnica ganha tanto destaque em se tratando dos crimes cometidos por imigrantes de países pobres e é sequer mencionada quando são cidadãos daquele país ou de um país rico? Sem instrumentos como os ECD, a análise dos discursos midiáticos não é capaz de alcançar as esferas que de fato solidificam preconceitos.

Um importante instrumento dos ECD aplicados aos *media* reside na análise específica das manchetes das reportagens. No jornalismo impresso, o

título tem como característica uma diagramação diferenciada do restante do texto, pois se coloca em posição central e destacada com fontes maiores e é cuidadosamente construído muitas vezes por editores especializados. Ele também se difere por sua estrutura gramatical própria, já que não conta com artigos nem verbos e assim constrói sentenças incompletas. Não raro, a manchete será a única frase lida em toda a matéria, mas sua relevância não se esgota nesta observação, pois para van Dijk (1991:50), é preciso investigar sua função textual e cognitiva.

A função cognitiva do título é a de abrir um campo semântico que guiará a leitura da reportagem. Em outras palavras, por ser o primeiro conteúdo a ser lido na matéria, a manchete auxilia na construção de um conjunto de referências que de certa forma monitoram as possíveis interpretações daquele texto. Os títulos teoricamente são compreendidos como resumos ou apresentações daquilo que de mais importante será noticiado. Entrementes, sabemos que diversos outros critérios que não apenas o de relevância social estão implicados na construção de uma manchete. Para van Dijk, os títulos de textos jornalísticos tendem a valorizar determinados elementos no intuito de conquistar a atenção do leitor, incentivando-o a ler o restante do texto. Neste percurso entre o que é de fato importante e o que chama a atenção dos potenciais leitores, a estrutura do título constrói indefinição ou ambiguidade e nisso reside uma especial função ideológica.

A pesquisa de van Dijk acerca das manchetes mostrou que elas não são partes arbitrárias ou rótulos de reportagens. Pelo contrário, a posição central do título na leitura do texto jornalístico, seu papel semântico e as consequências cognitivas implicadas não devem ser negligenciados. Existe um caráter definitivo e avaliativo do conteúdo na escolha das palavras que o compõem que atua sob a memorização e interpretação da notícia como um todo.

Racismo e imprensa na Espanha e no Brasil

Nos últimos anos, a imprensa brasileira retratou, com certa frequência, diversos casos de racismo praticados na fronteira espanhola contra centenas de

brasileiros, a maioria deles, turistas. Tais fatos levaram, inclusive, o governo brasileiro a adotar em 2012 medidas mais severas na triagem da migração de espanhóis com o objetivo de restringir da mesma forma sua entrada no Brasil.

A recente história política espanhola demonstra que partidos com tendências anti-imigratórias vêm ganhando mais destaque no contexto político deste país ibérico, dentre eles o Partido Popular, que recebe apoio de diversos veículos da mídia nacional. Neste contexto, as pesquisas realizadas por van Dijk (2006) mostram que questões pontuais acerca do racismo tendem a um certo grau de invisibilidade no âmbito jornalístico espanhol. De fato, ainda que o tema da imigração seja bastante recorrente na mídia espanhola, com pelo menos três artigos por dia, o termo “racismo” e seus sinônimos diretos são raramente retratados e quando o são, fazem referência a terceiros, como se na Espanha não houvesse práticas racistas.

Para van Dijk, dentre os recursos frequentemente utilizados de forma ampla na mídia espanhola, sobretudo no jornal *El País*, está a eufemização dos “nossos problemas”. Qualquer ação contra os grupos minoritários era justificada por ações exemplares das elites. As políticas aplicadas na guerra do Iraque, por exemplo, eram diariamente justificadas com um último recurso pela paz. No entanto, raramente os méritos *dos outros* são lembrados, mesmo que historicamente. As contribuições dos grupos indo-arábicos só são pautas jornalísticas em ocasiões especiais, como nas datas festivas que marcam o início dos fluxos migratórios.

Para citar mais exemplos, cabe destacar as análises realizadas por van Dijk acerca de dois eventos diferentes: um assalto cometido por um grupo de imigrantes jovens negros e a cobertura das eleições de Evo Morales. No primeiro caso, a maioria dos veículos jornalísticos espanhóis procurou exaltar a violência dos atos e caracterizar os agentes (africanos) de forma depreciativa, mostrando como a sua presença era prejudicial ao país. Por outro lado, os policiais foram as únicas fontes com espaço no texto jornalístico. Quanto aos artigos a respeito do futuro presidente boliviano, a cobertura jornalística espanhola evidenciou uma oposição que desmereceu suas origens étnicas e seu

posicionamento político. A divulgação feita pela mídia visava depreciar a imagem de Morales, por vezes, caracterizando-o como índio de forma pejorativa e mostrando como seu comportamento seria prejudicial à América Latina e ao resto do mundo.

Resultado semelhante é encontrado pelos pesquisadores Paulo Vinícius da Silva e Fúlvia Rosemberg (2008: 73) em trabalho coordenado por van Dijk sobre racismo e discurso no Brasil. No tocante à televisão, por exemplo, os autores apontam o espaço reduzido para o debate da discriminação racial nos noticiários, bem como a repetição de estereótipos negativos referentes à negritude nas notícias policiais e naquelas sobre futebol e carnaval. Os negros também são sub-representados na publicidade, nos formatos de ficção televisiva e nos humorísticos. Na mídia impressa, por seu turno, destaca-se uma “racialização das classes sociais” a partir de associações compulsivas do negro com a marginalidade, com a sujeira e com os trabalhos braçais. Já o branco é apresentado como representante natural da espécie humana em um processo que culmina na baixa representação da população negra em todas as esferas da mídia brasileira.

De fato, para Silva e Rosemberg, ainda que seja possível aferir um aumento das discussões sobre as desigualdades raciais no Brasil nas últimas décadas, fruto do surgimento de uma classe média negra, do fortalecimento político do movimento negro, bem como também de uma ampliação no número de pesquisas críticas que buscam desmontar o mito da democracia racial brasileira, resta muito a avançar. Tudo isto contrasta com um longo repertório discursivo que ainda encobre o racismo com fins de sustentá-lo. A expectativa destes autores (também a nossa) é de que em breve consigamos povoar o imaginário brasileiro com outras imagens da negritude e, afinal, desmontar um discurso a partir de outros.

Considerações finais:

A proposta metodológica apresentada por Teun van Dijk compreende a reprodução discursiva do poder e especialmente do abuso de poder como um

dos instrumentos mais potentes de manutenção do *status quo*. Sem dúvida, na realidade brasileira, em que o cenário jornalístico está quase que inteiramente delimitado pelos interesses de poucos grupos familiares, os ECD são cada vez mais necessários. Eles potencializam os processos de análise do discurso jornalístico fornecendo ao pesquisador ferramentas imprescindíveis para a crítica e para a denúncia.

Afinal, que pese a importância desta formulação metodológica para a compreensão das mídias como instrumentos de manipulação e controle das sociedades, é preciso fugir a sua perspectiva essencialmente instrumentalista dos processos de leitura dos textos midiáticos. Em outros termos, os ECD devem ser pensados como ferramentas de peso nas análises de mídia, mas, a nosso ver, não devem estar isolados de outras propostas metodológicas que resguardam as mediações e as negociações pelas quais passam os discursos até que ganhem sentido nas práticas cotidianas.

Referências

- VAN DIJK, Teun A. *Racism and the press*. London, New York: Routledge, 1991.
- _____. Racism and press in Spain. In: *Discurso y Sociedad II. Nuevas contribuciones al estudio de la lengua en un contexto social*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2006, p. 59-99.
- _____. (org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- _____. *Discurso e poder*. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- _____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- SILVA, Paulo Vinícius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: van DIJK (org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 73-118.